

RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3688/2025

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO – RJ

Recorrente: BRUNISA COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA TRÂNSITO E TRANSPORTE LTDA

CNPJ: 20.901.717/0001-11

Recorrida: NIVEL 1 SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA

CNPJ: 40.975.251/0001-06

I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é tempestivo, interposto nos termos do **art. 165 da Lei nº 14.133/2021**, devendo ser conhecido e processado por esta Comissão.

II – DO OBJETO DO RECURSO

O presente recurso visa a **INABILITAÇÃO** da empresa **NIVEL 1 SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA**, indevidamente habilitada no certame, em **afrenta direta ao edital**, à **Lei nº 14.133/2021** e à **Lei Complementar nº 123/2006**, conforme passa a demonstrar.

III – DA ILEGALIDADE DA HABILITAÇÃO EM CERTAME EXCLUSIVO PARA ME/EPP

O **Pregão Eletrônico nº 054/2025** foi instituído como **EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, nos termos da **Lei Complementar nº 123/2006**.

Todavia, conforme **Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício de 2024**, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, a empresa **NIVEL 1 SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA** apresentou **receita bruta anual de R\$ 24.510.631,05**, valor absolutamente incompatível com os limites legais para enquadramento como ME ou EPP.

Nos termos do **art. 3º, incisos I e II, da LC nº 123/2006**, apenas podem usufruir do tratamento favorecido as empresas cuja receita bruta anual não ultrapasse **R\$ 4.800.000,00**, limite amplamente superado pela empresa habilitada.

A jurisprudência do **Tribunal de Contas da União** é pacífica no sentido de que o enquadramento como ME/EPP **deve refletir a realidade econômico-financeira**, não prevalecendo mera declaração formal quando confrontada com dados contábeis:

“É ilegal a habilitação de empresa em licitação exclusiva para ME/EPP quando comprovado faturamento superior ao limite legal, ainda que formalmente registrada como EPP.”

(TCU – Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário)

No mesmo sentido:

“A Administração deve inabilitar a licitante que apresente documentação contábil demonstrando faturamento superior ao limite legal para ME/EPP.”

(TCU – Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário)

O **Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro** adota idêntico entendimento:

“É irregular a habilitação de empresa em certame exclusivo para ME/EPP quando comprovado faturamento superior ao limite legal por meio de balanço patrimonial.”

(TCE-RJ – Processo nº 238.492-6/17)

Dessa forma, é inequívoco que a empresa recorrida **não poderia sequer participar do certame**, sendo sua habilitação **ilegal e nula**.

IV – DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

Ainda que superado o vício de porte (o que se admite apenas por argumentar), a empresa recorrida **não apresentou diversos documentos técnicos essenciais**, expressamente exigidos no Termo de

Referência, dentre eles: **CR IBAMA; relatórios técnicos de ensaio de selante de pneus; laudos antimicrobianos e de flamabilidade do ABS; certificados SAE do sistema visual e acústico; ensaios de compatibilidade eletromagnética; ensaios de ancoragem de maca e cintos conforme normas ABNT; registros no CREA; laudos de mangueiras de oxigênio e ar comprimido; relatório de conforto térmico; e comprovação de garantia mínima de 24 meses**, entre outros.

A ausência desses documentos **não configura falha formal sanável**, mas sim **inexistência de comprovação da qualificação técnica exigida**, sendo vedada sua complementação posterior.

O **TCU** já firmou entendimento no sentido de que:

“A ausência de documentos exigidos no edital para comprovação da qualificação técnica não pode ser suprida posteriormente, sob pena de violação ao princípio da isonomia.”

(TCU – Acórdão nº 1.920/2015 – Plenário)

E ainda:

“O saneamento não autoriza a juntada posterior de documentos essenciais que deveriam ter sido apresentados no momento da habilitação.”

(TCU – Acórdão nº 2.925/2019 – Plenário)

Assim, a habilitação da empresa recorrida viola frontalmente os **arts. 67 e 69 da Lei nº 14.133/2021**, bem como o princípio da **vinculação ao instrumento convocatório**.

V – DA NULIDADE DA DECISÃO DE HABILITAÇÃO

A manutenção da habilitação da empresa **NIVEL 1 SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA** afronta os princípios da **legalidade, isonomia, moralidade e competitividade**, tornando **nulos os atos subsequentes**, nos termos do **art. 147 da Lei nº 14.133/2021**.

O **TCU** é categórico:

“É nulo o ato administrativo que habilita licitante em desacordo com as exigências editalícias, devendo ser anulados os atos subsequentes.”

(TCU – Acórdão nº 1.182/2020 – Plenário)

VI – DO ALERTA DE CONTROLE EXTERNO E DO DEVER DE AUTOTUTELA

Por fim, destaca a Recorrente que a eventual **manutenção da habilitação da empresa recorrida**, mesmo diante das ilegalidades comprovadas, poderá ensejar a atuação dos **órgãos de controle externo**, notadamente o **Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ**, bem como do **Ministério Público**, por violação aos princípios constitucionais do **art. 37 da Constituição Federal** e ao **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**.

Ressalta-se que a Administração Pública possui o **poder-dever de autotutela**, devendo anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade, conforme entendimento consolidado do **Supremo Tribunal Federal**:

“A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos.”

(Súmula nº 473 do STF)

No mesmo sentido, o **Tribunal de Contas da União** estabelece que a omissão administrativa diante de ilegalidade comprovada **sujeita o gestor à responsabilização**:

“Constatada ilegalidade em procedimento licitatório, incumbe à Administração exercer o poder-dever de autotutela, promovendo a anulação dos atos irregulares.”

(TCU – Acórdão nº 1.214/2014 – Plenário)

O acolhimento do presente recurso, portanto, **impõe-se juridicamente**, evitando nulidades futuras, responsabilizações pessoais e questionamentos pelos órgãos de controle, preservando a legalidade e a segurança jurídica do certame.

VII – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer:

- a) O **CONHECIMENTO E PROVIMENTO** do presente recurso;
- b) A **INABILITAÇÃO** da empresa **NIVEL 1 SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA**;
- c) A **ANULAÇÃO** da decisão de habilitação e dos atos subsequentes;



**BRUNISA COMÉRCIO E SERVIÇOS
PARA TRÂNSITO E TRANSPORTE LTDA**

d) O **regular prosseguimento do certame**, com estrita observância à **Lei nº 14.133/2021** e à **Lei Complementar nº 123/2006**.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 15 de dezembro de 2025

ALBERTO FERNANDO FONTOLAN

RG: 14.230.552-2

